



Câmara Municipal de Itamogi - MG

INDICAÇÃO N° 0059 /2014

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITAMOGI/MG

O vereador abaixo assinado, com assento nesta Casa Legislativa, na forma regimental, vem, com o devido respeito perante Vossa Excelência, INDICAR, após aprovação em plenário, para que se proceda, encaminhamento de ofício ao Ilustríssimo senhor Secretário da Saúde do Município de Itamogi, visando adequar o departamento de saúde as recentes alterações da Lei 12.896/2013.

Justificativa:

Ilustre senhor Secretário Municipal de Saúde, procedo a presente Indicação com o objetivo de que Vossa Senhoria proceda no sentido de orientar o departamento de saúde quanto a vigência da lei 12.896/2013, que veda o comparecimento do idoso enfermo aos órgãos públicos, assegurando-lhe o atendimento domiciliar para obtenção de laudo de saúde. Segue em anexo a lei mencionada.

Meus cordiais cumprimentos,

Câmara Municipal de Itamogi, 12 de maio de 2014.

JOÃO ALBERTO FILHO

VEREADOR DO PMDB

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAMOGI - MG
Correspondência Recebida
Protocolo n.º 001.77.120.14
Entrada em 19/05/14
Romangela
L Encarregado



Câmara Municipal de Itamogi - MG

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 12.896, DE 18 DEZEMBRO DE 2013.

Acrescenta os §§ 5º e 6º ao art. 15 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, vedando a exigência de comparecimento do idoso enfermo aos órgãos públicos e assegurando-lhe o atendimento domiciliar para obtenção de laudo de saúde.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 15 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 5º e 6º:

“Art. 15.....

.....

§ 5º É vedado exigir o comparecimento do idoso enfermo perante os órgãos públicos, hipótese na qual será admitido o seguinte procedimento:

I - quando de interesse do poder público, o agente promoverá o contato necessário com o idoso em sua residência; ou

II - quando de interesse do próprio idoso, este se fará representar por procurador legalmente constituído.

§ 6º É assegurado ao idoso enfermo o atendimento domiciliar pela perícia médica do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, pelo serviço público de saúde ou pelo serviço privado de saúde, contratado ou conveniado, que integre o Sistema Único de Saúde - SUS, para expedição do laudo de saúde necessário ao exercício de seus direitos sociais e de isenção tributária.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 18 de dezembro de 2013; 192º da Independência e 125º da República.

DILMA ROUSSEFF
Alexandre Rocha Santos Padilha
Garibaldi Alves Filho

Este texto não substitui o publicado no DOU de 19.12.2013